

Justiça criminal e o paradigma da justiça restaurativa: uma análise de sua aplicação a partir do perfil do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

Criminal justice and the restorative justice paradigm: an analysis of its application based on the profile of the Court of Justice of the State of Paraíba

Ivo Emanuel Dias Barros¹ , Jônica Marques Coura Aragão² 

¹ Universidade Federal de Pernambuco, bacharel em Direito, Universidade Federal de Campina Grande, mestrando em Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: ivo.emanuel@ufpe.br

² Universidade Federal de Campina Grande, doutora em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, doutora em Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Del Museo Social Argentino, e-mail: jonica.marques@professor.ufcg.edu.br

RESUMO

Ao Direito Penal, na atualidade, fora delegada a função técnica de ultima ratio, capaz de tutelar situações e bens jurídicos quando nenhum outro ramo do Direito fosse capaz de fazê-lo. Contudo, ao se observar a inflação legislativa, assim como os altos índices de encarceramento, é possível observar que o Direito Penal tem sua atuação desvirtuada e voltada a uma ideia preponderante de retribuição. Surge, então, diante disso, a justiça restaurativa, em contraste aos tradicionais ideais de retribuição/punição, dentro de uma compreensão dialógica e reparadora, capaz de satisfazer e atender às verdadeiras necessidades da vítima em razão da conduta transgressora que lhe fora ocasionada. Diante da oportunidade do tema e da recente ascensão das práticas restaurativas no domínio nacional, sobretudo após o advento da Resolução CNJ n. 225/2016, o presente trabalho surge com o objetivo de se investigar qual o perfil paradigmático da justiça criminal brasileira em relação às práticas de justiça restaurativa, a partir do perfil específico do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Para tanto, do ponto de vista metodológico, a problemática fora enfrentada a partir de uma abordagem qualitativa, documental e bibliográfica, com a utilização do método de abordagem indutivo, como forma de se enfrentar a resolução da questão-problema. Ao final, foi possível constatar que o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba mostrou grandes avanços e progressos em relação à temática, contudo ainda enfrenta um tímido cenário de aplicação, se limitando a atos infracionais em medidas socioeducativas, demonstrando um problema não apenas local, mas que compreende toda uma estrutura galgada e arraigada às ideias de retribuição/punição, que não enxerga a justiça restaurativa enquanto mecanismo apto a solucionar os conflitos penais de forma plena e satisfativa.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Paradigma criminal. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Solução de conflitos penais.

ABSTRACT

Currently, Criminal Law has been delegated the technical function of ultima ratio, capable of protecting situations and legal interests when no other branch of Law is capable of doing so. However, when observing legislative inflation, as well as high incarceration rates, it is possible to observe that Criminal Law's actions are distorted and focused on a preponderant idea of retribution. Therefore, restorative justice emerges, in contrast to the traditional ideals of retribution/punishment, within a dialogical and reparative understanding, capable of satisfying and meeting the true needs of the victim due to the transgressive conduct that was caused to him. Given the opportunity of the topic and the recent rise of restorative practices in the national domain, especially after the advent of CNJ Resolution n. 225/2016, this work aims to investigate the paradigmatic profile of Brazilian criminal justice in relation to restorative justice practices, based on the specific profile of the Court of Justice of the State of Paraíba. To this end, from a methodological point of view, the problem was faced from a qualitative, documentary and bibliographical approach, using the inductive approach method, as a way of tackling the resolution of the problem issue. In the end, it was possible to verify that the Court of Justice of the State of Paraíba showed great advances and progress in relation to the subject, however it still faces a timid application scenario, limiting itself to infractions in socio-educational measures, demonstrating a problem that is not only local, but which comprises an entire structure built on and rooted in the ideas of retribution/punishment, which does not see restorative justice as a mechanism capable of resolving criminal conflicts in a full and satisfactory way.

Keywords: Restorative Justice; Criminal paradigm; Court of Justice of the State of Paraíba; Resolution of criminal conflicts.

1 INTRODUÇÃO

A cultura da soja é produzida em diversos países do mundo e tem grande importância econômica. O Brasil é o segundo produtor mundial de soja, ficando atrás apenas dos EUA. Na safra 2015/2016 a cultura ocupou uma área de 33,17 milhões de hectares, totalizando uma produção de 95,63 milhões de toneladas, com uma produtividade média de 2.882 kg por hectare (EMBRAPA SOJA, 2017).

O Estado do Paraná lidera a produtividade na soja e no milho na safra de 2016, segundo os dados do levantamento sistemático de produção agrícola divulgado pelo IBGE. O rendimento por hectare na soja deve chegar a 3.405 quilos por hectare (IPARDES, 2017).

Na safra brasileira de soja 2016/2017, consolida-se o crescimento da área plantada de 1,9% em relação ao plantio da safra anterior. Esse aumento, aliado ao uso do melhor pacote tecnológico disponível, ajudado pelas boas condições climáticas durante o ciclo da cultura, foram os responsáveis pela safra recorde. O aumento de produtividade da oleaginosa também se deve a mudança no perfil tecnológico dos produtores, com a consolidação de materiais transgênicos de alto rendimento (CONAB, 2017).

Além do meio ambiente, a expressão do potencial produtivo da soja depende de técnicas adequadas de cultivo (preparo do solo, controle de pragas, doenças e plantas daninhas, sistema de plantio, cultivares), de fatores físicos do solo (matéria orgânica, umidade, temperatura, textura), e fatores químicos relacionados a fertilidade do solo (CAMPO e HUNGRIA, 2000).

Em um estudo no Paraguai realizado por Marcos Glauser, apontou que cerca de 2/3 das terras nacionais pertencem a brasileiros (GLAUSER, 2009). Além disso, em uma amostra de 28 empresas do agronegócio paraguaio realizado por Luis Rojas, apresentou que 50% das principais empresas envolvidas com o setor no país, possuem características dos chamados brasiguaios (ROJAS, 2009).

Esses produtores brasileiros começaram a cruzar a fronteira em busca de terras férteis nos anos de 70 e 80. Dos estimados 700.000 entre gaúchos, catarinenses e paranaenses que foram para o Paraguai, apenas metade permanece nos pais até hoje. Os brasileiros introduziram não só a soja, mas também as técnicas modernas de plantio, mecanização e transgênicos na agricultura. Atualmente o Paraguai busca aproveitar o bom momento para impulsionar a indústria e diversificar a economia (BOSCO, 2014).

Desde a abolição das penas corporais, as penas privativas de liberdade se mostram como a alternativa amplamente mais empregada e próxima aos princípios democráticos em resposta aos males injustos que eclodem no meio social. Contudo, consoante as lições de Wacquant (2001), os sistemas modernos passaram a refletir um verdadeiro processo de hiper-regulamentação penal, que coloca o Estado punitivista em um fenômeno de expansionismo, delegando-lhe a tutela de um demasiado complexo de bens e situações jurídicas.

Tal fato, no entanto, vai de encontro aos próprios ideais democráticos que justificam as penas privativas de liberdade. Isso porque, na atualidade, prevalece uma noção voltada para um sentido técnico do Direito Penal visto enquanto *ultima ratio*, isto é, como medida extrema e utilizada somente quando nenhuma outra medida ou ramo do Direito seja capaz de garantir a tutela de determinada situação ou bem jurídico. O desrespeito a tal princípio conduz o sistema a experimentar diversas consequências para si e para a própria sociedade, que vão desde a inflação legislativa até a superpopulação carcerária, como demonstrado por Silva (2021) e Valaski (2022).

Nesse sentido, o fenômeno expansionista do Direito Penal, ora em comento, é reflexo do tradicional paradigma de justiça fundado em uma ideia de retribuição/punição, ainda latente nas concepções não apenas presentes no ideário social, mas na própria máquina do Poder Judiciário. Diante disso, como resposta a este tradicional modelo de justiça, emerge o paradigma de justiça restaurativa, que, em linhas gerais, se apoia em uma ideia dialógica e satisfativa, que, em boa parte, se contrasta com as noções tradicionais de punição/retribuição.

Vale dizer, a aplicação da justiça restaurativa em território brasileiro é fenômeno relativamente recente. Muito embora os primeiros registros relacionados a tal prática datem de 2005, é somente em 2016 que a temática ganha uma conotação normativa, por meio da Resolução n. 225, oriunda do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

Diante dos fatos ora elencados, urge a necessidade de se investigar, pormenorizadamente, não somente a implementação, mas todo o processo que compreende a aplicação da justiça restaurativa em território brasileiro, tendo em vista sua recente ascensão no domínio nacional, a fim de analisar como o Poder Judiciário tem se comportado e enfrentado a aplicação deste novo paradigma de justiça na esfera criminal, sobretudo em razão de a cultura brasileira ainda estar arraigada a soluções predominantemente vinculadas à retribuição/punição.

Surge, então, a partir do exposto, a seguinte indagação: qual é o perfil do Poder Judiciário brasileiro quanto à aplicação das práticas de justiça restaurativa? Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a delinear o perfil paradigmático relacionado à solução de conflitos penais a partir da análise da aplicação da justiça restaurativa com base no perfil específico do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Para se chegar à concreção de tal finalidade, este estudo se tenciona em três objetivos específicos a serem perseguidos ao longo do trabalho, quais sejam, a saber: (i) estabelecer distinções entre a justiça restaurativa e a justiça retributiva, a fim de analisar a aplicação das duas espécies dentro do contexto criminal; (ii) compreender a justiça restaurativa e sua inserção, em especial, no ordenamento jurídico brasileiro, com o objetivo de entender seu conceito, sua normatização e possibilidades de execução dentro do sistema; (iii) projetar o perfil paradigmático da justiça criminal brasileira, a partir da análise da aplicação da justiça restaurativa pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, de modo a observar seu alcance e concretização no recorte espaço-temporal delimitado.

Metodologicamente, a problemática será enfrentada a partir de uma análise qualitativa dos dados empreendidos na pesquisa, tendo vista o caráter sociojurídico desta investigação, que se presta à análise de um problema jurídico não somente sob a ótica limitada ao Direito, mas a partir de uma noção capaz de compreender tal problemática também sob um ponto de vista, antes de tudo, social. Nesse sentido, o recorte espaço-temporal da pesquisa compreende o período entre 2016 (quando quando o CNJ passou a fomentar o paradigma restaurativo explicitamente) e 2023 (quando o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba inaugurou o NEJURE – Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa, marco da efetiva implementação da justiça restaurativa no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado).

Dito isto, no que toca o método de abordagem - destinado a responder à questão-problema - far-se-á o uso do método indutivo, que partirá da questão específica do perfil de implementação e aplicação da justiça restaurativa pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba para se chegar à questão geral acerca do enfrentamento do paradigma da justiça restaurativa pelo Poder Judiciário brasileiro.

Em relação às técnicas de pesquisa, utilizar-se-á a técnica bibliográfica, assentando-se no uso de artigos científicos (preferencialmente os que foram submetidos ao processo de revisão por pares para aprovação e publicação), teses, dissertações e livros, conjugada à técnica de pesquisa

documental, que se valerá, primordialmente, de fontes documentais primárias, isto é, de documentos que versam acerca da justiça restaurativa sem uma prévia análise anterior dos dados contidos na documentação posta, especialmente com base em dados constantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do site oficial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, a partir das notícias contidas na plataforma acerca da justiça restaurativa dentro do recorte espaço-temporal definido para a execução deste trabalho, já mencionado.

É de se destacar, ainda, que esta pesquisa fora desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com financiamento pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Justiça Restaurativa nos Tribunais Estaduais Brasileiros: traçando um perfil de paradigma criminal”, entre os anos de 2022-2023.

Por fim, o desenvolvimento do presente trabalho está estruturado em três tópicos, iniciando-se com discussão acerca da justiça retributiva versus justiça restaurativa; passando-se, logo em seguida, para uma compreensão da inserção da justiça restaurativa no espaço social, em especial no contexto brasileiro, a fim de compreender seu histórico, normatização e possibilidades na perspectiva atual; por fim, se analisará como o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, especificadamente, tem enfrentado e se comportado diante da aplicação da justiça restaurativa no Estado, com o fito de se verificar o alcance e concretude de eventuais programas, projetos e/ou ações nesse sentido.

2 JUSTIÇA RETRIBUTIVA versus JUSTIÇA RESTAURATIVA: entre dois paradigmas criminais

Oliveira, Santana e Cardoso Neto (2018) apontam para a existência, na atualidade, de dois paradigmas relacionados à concepção de justiça na esfera criminal. Segundo os autores, pode afirmar-se que tais paradigmas estão relacionados tanto a uma concepção de justiça do ponto de vista retributivo/punitivo quanto a um ideal relacionado a uma perspectiva dialógica e satisfativa, vista sob um prisma restaurativo.

Nesse sentido, antes de adentrar, de modo específico, nas entrelinhas relacionadas à justiça retributiva e à justiça restaurativa, cumpre elucidar, primordialmente, o conceito de paradigma, em razão da importância que tal definição assume no contexto ora trabalhado. Paradigma, segundo

Kuhn (1997, p.13) *apud* Oliveira, Santana e Cardoso Neto (2018, p.162) se refere: “[...] às realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

Ocorre, nesse sentido, segundo Oliveira, Santana e Cardoso Neto (2018), uma verdadeira revolução epistemológica em determinada área do conhecimento, capaz de possibilitar uma nova postura em face do enfrentamento de problemas relacionados a uma ciência, que se propõe a encarar as situações-problema a partir de novas teorias e modelos que confrontam, em geral, estruturas clássicas e tradicionais.

Nas palavras de Zehr (2008), a mudança paradigmática decorrente da justiça restaurativa trouxe para o direito penal uma verdadeira troca de lentes, em que se possibilitou um outro modo de pensar não apenas o crime em si, mas todo o sistema de justiça criminal que surge como resposta ao próprio crime, sendo, à vista disso, uma nova forma de se pensar velhos problemas e situações que afligem o meio social.

O ideal retributivo/punitivo figura entre a concepção de justiça mais intimamente ligada a ideais clássicos e tradicionais de justiça na esfera criminal. Tal ideal percorreu um longo caminho histórico para que pudesse se chegar à sua estrutura e visão atual. Nesse contexto, a Revolução Francesa assume, notadamente, um papel de destaque em relação à produção de efeitos na justiça retributiva. Isso porque, foi a partir da eclosão da Revolução, que se possibilitou a difusão dos ideais iluministas e a formulação das bases de pensamento para o mundo moderno, com uma fundamentação lógica, racionalista e igualitária das ideias para se pensar a sociedade. (TAUCHERT, 2016)

Em razão disso, a pena deixou de ser evidentemente vista enquanto resposta a um castigo divino e passou a ser aplicada a partir de uma concepção que a encara como resposta justa a um mal indevido por alguém sofrido dentro de um contexto de justificação racionalista e igualitária. Nesse sentido, a pena privativa de liberdade, em especial, assume um papel de destaque na discussão ora exposta, uma vez que, sendo a liberdade um dos grandes pilares propugnados pela Revolução, seu cerceamento representa um meio de se retirar do indivíduo o maior espaço onde ele pode livremente se desenvolver sem maiores interferências, como resposta à sua conduta praticada (TAUCHERT, 2016).

A própria compreensão da justiça retributiva deriva das correntes que buscaram explicá-lhe ao longo de séculos de ascensão. De um lado, se tem a corrente utilitarista, que parte de uma

concepção que vê na prevenção do crime futuro o objetivo da punição; ao passo que, de outro lado, se tem uma concepção retributivista, que se preocupa muito mais com uma ideia de atribuir culpa ao ofensor em razão do mal injusto cometido (OLIVEIRA; SANTANA; CARDOSO NETO, 2018).

E é a partir da conjugação das ideias das duas correntes que começa a se delinear o paradigma da justiça retributiva. Isso porque, a partir do século XVII, o surgimento das chamadas teorias mistas faz com que utilitarismo e retributivismo se fundam e passem a dialogar suas ideias entre si. Disso, resulta a prevalência de uma justiça criminal fundada em uma perspectiva eminentemente dogmática, baseada em estruturas e processos rígidos e formais, com uma atenção voltada, especialmente, para a figura do infrator (OLIVEIRA; SANTANA; CARDOSO NETO, 2018).

Tal perspectiva, que ainda hoje prevalece no ideário social, bem como reflete na própria máquina do Poder Judiciário, relega a vítima a um segundo plano e a coloca como mera coadjuvante no processo decisório do litígio criminal, delegando ao Estado o monopólio e protagonismo no contexto do conflito (GIMENEZ; SPENGLER, 2018).

E é a partir desta premissa que surge, em meados da década de 1960 e 1970, um novo paradigma de justiça, com uma proposta, em linhas gerais, contrastadora com o paradigma retributivo até então vigente. Trata-se da chamada justiça restaurativa, que possui sua gênese nos Estados Unidos e na Europa, notadamente na Nova Zelândia, que foi pioneira na implementação da prática e obteve grande sucesso com sua aplicação no Sistema de Justiça da Infância e da Juventude, no final da década de 1980, como demonstrado por Silva, Braga e Silva (2017).

Diferentemente do modelo retributivo, o sistema de justiça restaurativa parte de uma perspectiva dialógica e que considera o crime não como uma transgressão à norma jurídico-penal posta pelo sistema, mas como causadora da quebra das relações interpessoais e que, como tal, deve procurar restabelecer tal rompimento por meio de uma solução facilitadora e passível de reconstruir os danos sofridos (SILVA; BRAGA; SILVA, 2017).

Conforme Filgueira (2013), o fundamento do modelo de justiça restaurativa encontra guarida no próprio conceito de democracia, tendo em vista que sua aplicação parte de um pressuposto participativo e voluntário, dentro de uma perspectiva dialógica, em que se privilegia a participação e, por conseguinte, o primordial respeito à vontade das partes envolvidas na relação conflituosa, visando, sobretudo, a satisfação dos interesses da vítima.

À vista disso, conforme Zehr (2008, p.168): “[...] a lente que usamos ao examinar o crime e a justiça afeta aquilo que escolhemos como variáveis relevantes, nossa avaliação de sua importância relativa e nosso entendimento do que seja um resultado adequado”; o que demonstra que o giro paradigmático em relação à concepção de crime e modelo de justiça criminal deve refletir uma mudança estrutural e capaz de transformar a forma de se enfrentar os conflitos oriundos de condutas transgressoras.

Portanto, diante do exposto, é possível observar que os paradigmas de justiça restaurativa e justiça retributiva, muito embora surjam como instrumentos de pacificação social, possuem concepções distintas em relação ao crime e sua solução. De um lado, a justiça retributiva vê o delito como resposta a um mal injusto transgressor da norma penal emanada pelo Estado e, em razão disso, coloca o próprio aparelho estatal enquanto protagonista do processo decisório do litígio, relegando a vítima a um segundo plano e dando-lhe tão só uma função coadjuvante e como mera testemunha dos fatos por ela vivenciados.

De outra parte, a justiça restaurativa se propõe a romper com a descentralização do papel tradicionalmente conferido ao monopólio estatal no processo decisório do litígio criminal. Procura, em especial, a inserir a vítima e o transgressor, a partir de um ato voluntário e dialógico, no contexto de resolução da conduta delincente, de modo a priorizar a satisfação da vítima diante da situação e procurar restabelecer, ao máximo, o status quo ante (isto é, o estado anterior das coisas).

Dessa forma, uma mudança paradigmática pressupõe, acima de tudo, uma “troca de lentes”, isto é, uma nova forma de se enxergar o crime e sua consequente resolução, sobretudo por considerar que o delito é um fenômeno não eminentemente jurídico, mas, principalmente, social, que exige do Estado e do operador do direito uma postura condizente e capaz de atender aos verdadeiros anseios sociais no sentido de pacificação social.

3 ENTRE CONCEITOS, POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS ATUAIS: em busca de uma compreensão jurídico-social acerca da justiça restaurativa

Como visto anteriormente, dois paradigmas de justiça se contrastam em meio à solução de conflitos que emergem na esfera criminal dentro do mundo atual. De um lado, a tradicional justiça retributiva/punitiva, cujo foco é o delincente, que vê na sanção penal uma resposta a determinada ofensa praticada pelo infrator e como sendo o fim último do Direito Penal; de outro lado, a justiça

restaurativa, cujo enfoque primordial é a vítima, que busca restabelecer e reparar os danos ocasionados pela conduta transgressora, buscando na efetividade do conflito sob o ponto de vista da satisfação da vítima sua solução e finalidade última.

Dito isto, o presente trabalho passará, a partir de agora, a trazer, pormenorizadamente, uma abordagem acerca da justiça restaurativa, de modo a evidenciar conceitos, possibilidades e perspectivas dentro do cenário globalizado atual, em especial no Brasil. As práticas restaurativas, muito embora suas origens remontem à década de 1970, somente chega oficialmente em território nacional no ano de 2005, conforme dados do CNJ (2019).

Seu início rememora à implementação de três projetos-piloto nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal, resultado de uma parceria entre os respectivos Poderes Judiciários destas regiões e a Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça e o Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Muito embora diversas dessas práticas tenham se difundido nos anos subsequentes ao surgimento da justiça restaurativa no domínio nacional, é somente em 2016, por meio da Resolução n. 225, proveniente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que as práticas restaurativas passam a ganhar, pela primeira vez, expressa previsão normativa, conforme dados do CNJ (2019). Trata-se, portanto, de fenômeno relativamente recente.

A referida Resolução traz, logo em seu dispositivo inicial, a conceituação de justiça restaurativa, segundo a qual:

Art. 1º. A Justiça Restaurativa constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado na seguinte forma [...] (BRASIL, 2016)

Diante de tal conceito, Moraes e Porto (2017) apontam que, diferentemente do que um pensamento ligado ao senso comum poderia pressupor, a metodologia da justiça restaurativa não se trata de um perdão, mas sim de uma possibilidade de encontro, cuja finalidade principal é restabelecer as relações interpessoais então abaladas com a conduta transgressora.

Dessa forma, reduzir as práticas restaurativas à mera concepção de perdão é fazer uma leitura desta metodologia à luz de uma justiça criminal ainda fundada eminentemente em uma ideia de retribuição, o que acaba por contrastar com a própria ideia de justiça restaurativa. Logo, falar neste novo paradigma de justiça é remeter a uma relação simbiótica que se estabelece entre

dialogismo e reparação de danos, pois sua principal função, sobretudo levando em consideração os documentos oficiais que orientam a prática na atualidade, a exemplo da Resolução n. 225/2016, anteriormente citada, é apontar uma solução que congrega a participação voluntária e satisfativa dos seguintes atores, em especial: vítima, ofensor e comunidade. Portanto, é necessário, antes de tudo, uma verdadeira “troca de lentes” para se repensar os modelos de crime e justiça tradicionais.

Neste ínterim, ainda no que diz respeito à Resolução do CNJ que institui a prática da justiça restaurativa, dispõe a referida Resolução:

[...]

I – é necessária a participação do ofensor, e, quando houver, da vítima, bem como, das suas famílias e dos demais envolvidos no fato danoso, com a presença dos representantes da comunidade direta ou indiretamente atingida pelo fato e de um ou mais facilitadores restaurativos;

II – as práticas restaurativas serão coordenadas por facilitadores restaurativos capacitados em técnicas autocompositivas e consensuais de solução de conflitos próprias da Justiça Restaurativa, podendo ser servidor do tribunal, agente público, voluntário ou indicado por entidades parceiras;

III – as práticas restaurativas terão como foco a satisfação das necessidades de todos os envolvidos, a responsabilização ativa daqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a ocorrência do fato danoso e o empoderamento da comunidade, destacando a necessidade da reparação do dano e da recomposição do tecido social rompido pelo conflito e as suas implicações para o futuro.

Vê-se, portanto, que sua efetivação ocorre mediante a implementação de uma prática que compreende não apenas as partes envolvidas diretamente (vítima e ofensor), mas toda a comunidade, representada, em especial, pela família dos envolvidos. Tal fato remete a uma ideia de política direcionada à humanização das relações interpessoais, como demonstrado por Moraes e Porto (2017), em que se busca, ao máximo, aproximar vítima, ofensor e comunidade a partir de uma relação integrada, destinada a dar efetividade à verdadeira reparação dos danos ocasionados por eventuais condutas transgressoras, não mais apenas centrando-se no monopólio de atuação do Estado e a busca pela sanção penal a qualquer custo.

Dentro da discussão que se segue, Carvalho e Achutti (2021) apontam, dentro das perspectivas atuais em torno da justiça restaurativa, para um dos possíveis óbices a serem encontrados na verdadeira efetivação e implementação desta prática no contexto nacional. Segundo os autores, em diversas outras tentativas desencarceradoras (como a implementação dos Juizados Especiais Criminais, bem como das penas alternativas e cautelares diversas da prisão provisória,

por exemplo), já se demonstrou que tais tentativas - que deveriam se conceber enquanto regras - na verdade passaram a constituir verdadeiras exceções.

Tal fato pôde ser corroborado por pesquisa realizada pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), em que se demonstrou, por exemplo, que das 2.584 decisões analisadas em relação à concessão de liberdade provisória irrestrita (isto é, sem a aplicação de quaisquer medidas de natureza cautelar diversa da prisão), apenas em 23 do total dos casos analisados houve a concessão da medida legalmente prevista. (CARVALHO; ACHUTTI, 2021)

Dados como estes apontam para um verdadeiro protagonismo judicial diante de medidas alternativas ao encarceramento, como aduzido por Palamolla (2017). Nesse sentido, tal fato pode representar um óbice à própria efetivação da justiça restaurativa nos termos em que originalmente fora concebida. Isso porque, muito embora a aplicação da justiça restaurativa seja executada por um facilitador restaurativo, o Poder Judiciário nacional mantém uma tendência de protagonismo diante de diversos outros aspectos relevantes que envolvem a implementação e, por conseguinte, aplicação da justiça restaurativa. É o que se pode verificar nas palavras de Carvalho e Achutti (2021, p.24):

Importante destacar que este protagonismo judicial, diferentemente do que ocorre no processo penal tradicional e nos Juizados Especiais Criminais, não ocorre na mediação direta entre as partes, isto porque esta atividade é restrita aos facilitadores. No entanto, apesar de não existir esta intervenção direta no círculo propriamente dito, o predomínio dos atores judiciais ocorre em duas dimensões: (a) administrativa, na implementação e na gestão dos programas; e (b) processual, na definição dos critérios de participação, no encaminhamento de autores do fato e vítimas aos programas, na determinação do alcance desta participação e na fixação de condicionantes para alcançar “benefícios” penais ou processuais penais (p. ex., exigência de confissão para redução ou extinção de pena).

Portanto, falar em justiça restaurativa é, sobretudo, se pensar em um espaço que compreende um campo aberto ao diálogo e à interação entre vítima, ofensor e comunidade a partir de um ato voluntário. Justamente em razão disso é que seus fundamentos encontram razão de ser no próprio conceito de democracia, haja vista sua perspectiva humanitária e capaz de promover uma verdadeira pacificação social, com efeito, a partir da satisfação dos principais atores envolvidos, não mais se submetendo ao mero contentamento dos interesses estatais.

4 O PERFIL PARADIGMÁTICO DA JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRA FRENTE ÀS PRÁTICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PERFIL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Conforme visto, as práticas de justiça restaurativa em território brasileiro se tratam de fenômeno relativamente recente. Apesar de tais práticas terem suas primeiras ações no país em 2005, é somente em 2016, com a Resolução CNJ n. 225, que passa a se incentivar, pela primeira vez, por meio de normatização expressa, sua implementação e difusão.

Segundo dados do CNJ (2019), no caso específico do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, até o ano de 2019 se tinha apenas uma ação voltada às práticas relativas à justiça restaurativa. Segundo dados constantes dos canais oficiais do próprio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB)¹, foi possível observar que as primeiras ações nesse sentido datam de 2015, a partir da proposta de implementação da justiça restaurativa como solução alternativa à solução de conflitos infanto-juvenis no âmbito da 2ª Vara de Infância e Juventude de João Pessoa, capital paraibana.

Posteriormente, outras ações foram surgindo e se ampliando no contexto da justiça restaurativa em território paraibano. Todavia, antes de adentar, especificadamente, a tal contexto, necessário se faz elucidar as diferenças existentes entre programas, projetos e ações, em razão da importância que assume no contexto ora trabalhado. Segundo o STJ (2016, p.3), um plano de ação compreende uma “[...] agenda de tarefas que deve ser feita”, em um contexto no qual as decisões acerca da execução das atividades são tomadas antes mesmo de serem colocadas em prática, dentro de uma perspectiva mais objetiva e visando à solução de problemas a curto prazo.

Os projetos, por sua vez, surgem a partir da necessidade de se solucionar determinado problema, a partir de uma realidade inovadora que ainda não tenha sido anteriormente planejada e executada no contexto trabalhado. Diferencia-se, nesse sentido, do plano de ação em razão dos aspectos de “[...] temporalidade, unicidade, objetividade e pessoalidade dos projetos, que já mostra sua marca diferencial[...]” (STJ, 2016, p.2).

¹ RIBEIRO, Marayane. Justiça restaurativa auxilia na resolução de conflitos infanto-juvenis na Capital. **TJPB**, 2015. Disponível em: <https://www.tjpb.jus.br/noticia/justica-restaurativa-auxilia-na-resolucao-de-conflitos-infanto-juvenis-na-capital>. Acesso em: 05 set. 2023.

Os programas, a seu turno, compreendem uma ação integrada e interconectada, que, inclusive, pode reunir vários projetos, com o objetivo de atingir objetivos estratégicos mais abrangentes de uma organização. Diferencia-se, em relação aos demais, via de regra, por terem longa duração e um fim não definido, sendo seus resultados alcançados, em geral, a longo prazo, dentro de uma perspectiva mais abrangente (STJ, 2016). Dito isto, cumpre mencionar que a aplicação da justiça restaurativa no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, durante muito tempo, preponderou em relação à aplicação na esfera de medidas socioeducativas a adolescentes²³⁴. Tal fato, vale dizer, em muito reflete à atuação pioneira da juíza Antonieta Maroja no Estado, uma vez que a magistrada, segundo registros constantes dos próprios canais oficiais do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, utilizou, pela primeira vez, a aplicação do método na Paraíba, bem como, posteriormente, sempre se mostrou figura presente e atuante nas discussões em torno da questão.

Muito embora se tenha notícias de que o Tribunal de Justiça da Paraíba pretendia implementar práticas de justiça restaurativa desde 2016⁵, é somente no ano de 2023⁶ que há uma efetiva implementação da prática em território paraibano, com a inauguração do Núcleo de Justiça Restaurativa (NEJURE). O lapso temporal de 07 anos entre a Resolução n. 225/2016 do CNJ e a efetiva implementação da prática, é capaz de demonstrar que a implementação da justiça restaurativa, mesmo após expressa previsão normativa e recomendação oriunda do CNJ, vem ocorrendo de maneira gradativa e relativamente vagarosa.

Para, além disso, é possível observar que, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, as práticas restaurativas ainda compreendem um espaço de incidência voltado, especialmente, para a resolução de conflitos no contexto de medidas socioeducativas. É o que se observa, por exemplo, na própria localização da sede do NEJURE (Núcleo de Justiça Restaurativa),

² SANTOS, Laíse. Magistrados da Infância e Juventude participam do projeto da UFPB sobre “Justiça Restaurativa”. **TJPB**, 2015. Disponível em: <https://www.tjpb.jus.br/noticia/magistrados-da-infancia-e-juventude-participam-de-projeto-da-ufpb-sobre-justica-restaurativa>. Acesso em: 05 set. 2023.

³ ALVES, Amyrane. Justiça Restaurativa é utilizada para ressocialização de jovens infratores. **TJPB**, 2016. Disponível em: <https://www.tjpb.jus.br/noticia/justica-restaurativa-e-utilizada-para-ressocializacao-de-jovens-infratores>. Acesso em: 05 set. 2023.

⁴ PARENTE, Gabriela. Vara da Infância e Juventude de Campina Grande investe na aplicação da Justiça Restaurativa. **TJPB**, 2018. Disponível em: <https://www.tjpb.jus.br/noticia/vara-da-infancia-e-juventude-de-campina-grande-investe-na-aplicacao-da-justica-restaurativa>. Acesso em: 05 set. 2023.

⁵ NÓBREGA, Vinicius. Justiça Restaurativa deve ser implantada no TJPB em 2016. **TJPB**, 2015. Disponível em: <https://www.tjpb.jus.br/noticia/justica-restaurativa-deve-ser-implantada-no-tjpb-em-2016>. Acesso em: 05 set. 2023.

⁶ SANTOS, Lila. Presidente do TJPB oficializa Núcleo de Justiça Restaurativa em solenidade com ministro do CNJ. **TJPB**, 2023. Disponível em: <https://www.tjpb.jus.br/noticia/presidente-do-tjpb-oficializa-nucleo-de-justica-restaurativa-em-solenidade-com-ministro-do>. Acesso em: 05 set. 2023.

marco da implementação da justiça restaurativa no Estado, que fica localizada no Complexo da Infância e Juventude da Comarca de Campina Grande⁷.

Tal perfil, no entanto, não é exclusivo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Astorino (2022), ao analisar a aplicação da justiça restaurativa no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, observa que as práticas restaurativas ainda estão evidentemente focadas em atos infracionais, contravenções, crimes de menor potencial ofensivo e alguns delitos cometidos no contexto da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Nesse sentido, ainda conforme Astorino (2022), a limitação de aplicação da justiça restaurativa a condutas e delitos considerados mais inofensivos demonstra a crença e cultura arraigada a um pensamento retributivo, que considera a justiça restaurativa como sendo incapaz de conduzir a uma solução criminal integral e efetiva. Demonstra, ainda, a face de um direito e de um processo penal que se mostra como forma de amostragem de poder e manifestação de autoridade, conduzindo à reprodução e continuidade de velhas estruturas de poder e monopólio estatal na esfera criminal. É o que demonstram, nesse sentido, as lições de Achutti (2012, p.26):

[...] a cultura jurídica brasileira não está preparada para um modelo consensual de justiça criminal, como propôs a lei 9.099, e que a ausência de disciplinas que enfoquem mecanismos conciliatórios ou de mediação (cível ou penal) nos currículos das faculdades de direito e a falta de incentivo e capacitação institucional permanente dos operadores jurídicos, somados ao ranço técnico burocrático que orienta a sua forma de atuação, aparentam colaborar para a manutenção deste quadro improdutivo [...]

Por todo o exposto, foi possível observar que a aplicação da justiça restaurativa no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba ocorreu de forma gradativa e sucessiva. Diante disso, muito embora o marco de oficialização da prática restaurativa no Estado tenha ocorrido com a oficialização do Núcleo de Justiça Restaurativa (NEJURE), em 2023, há algum tempo o Tribunal já procurava aplicar as práticas dentro de contextos e situações específicas, a partir de ações, que acabavam por compreender um número menos abrangente de atuação, dentro de uma perspectiva mais objetiva e com soluções a curto prazo, quando comparadas aos programas e projetos.

Com isso, verificou-se que o perfil paradigmático do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, no que toca à justiça restaurativa, se limita a uma aplicação, até o presente momento, dentro de um contexto relativo a atos infracionais cometidos por adolescentes, muito embora se

⁷ SANTOS, Lila, op. cit.

reconheça a importância e as limitações que a própria cultura jurídico-social brasileira impõe à implementação e efetivação de tais práticas.

Contudo, não se pode olvidar a importância de um incentivo, como aquele constante da Resolução n. 225/2016, proveniente do CNJ, para promover as práticas de justiça restaurativa em território nacional, sobretudo em se tratando da tradição jurídico-penal brasileira, ainda fortemente ligada a ideais punitivos/retributivos, que pressupõe uma mudança paradigmática, em que só uma “troca de lentes” na forma de se compreender o crime e a justiça criminal são capazes de reconduzir a um giro paradigmático dentro do direito penal apto a legitimar e efetivar a justiça restaurativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, procurou-se analisar qual é o perfil do Poder Judiciário do Estado da Paraíba quanto à aplicação das práticas de justiça restaurativa. Para tanto, iniciou a discussão com uma abordagem enfrentando a relação justiça restaurativa *versus* justiça retributiva, demonstrando como a tradição jurídico-penal ocidental está fortemente arraigada às concepções de uma justiça criminal fundada em um aspecto de punição/retribuição em razão de uma perspectiva que ainda considera o crime enquanto problema social cuja resolução se baseia, sobretudo, em uma atenção à figura do infrator, relegando a vítima e suas convicções a um mero espaço coadjuvante dentro do processo decisório.

Dessa forma, pressupõe-se uma verdadeira “troca de lentes” em relação às concepções em torno de crime e justiça criminal, a fim de promover uma verdadeira mudança paradigmática e possibilitar, com efeito, a aplicação de uma justiça restaurativa apta a solucionar os conflitos dentro de um prisma verdadeiramente dialógico e satisfativo, procurando restabelecer o sentido da vítima perdido com a conduta transgressora e trazendo para dentro do processo penal o protagonismo de vítima, ofensor e comunidade, desviando, assim, do monopólio estatal a centralidade dentro da resolução dos conflitos criminais.

De outra parte, verificou-se que a aplicação da justiça restaurativa, em termos gerais, ainda se dá forma incompreendida e precipitada. Muitas vezes vista erroneamente enquanto sinônimo de perdão, talvez devido a uma ideal de justiça ainda fundado em um tradicional e clássico paradigma retributivo, a justiça restaurativa surge como mecanismo de reparação de danos, capaz de devolver

à vítima o sentido do mundo perdido a partir da conduta transgressora e apto a estabelecer um verdadeiro e efetivo diálogo entre todos os atores sociais envolvidos no processo criminal.

No Brasil, muito embora as práticas restaurativas, remontem a idos de 2005, é somente a partir de 2016, com a Resolução n. 225, proveniente do Conselho Nacional de Justiça, que a justiça restaurativa passa a ganhar expressa previsão normativa no sentido de incentivo à implementação. Nesse sentido, no recorte espaço-temporal ora delimitado nesta investigação, foi possível observar que o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, muito embora tenha iniciado as primeiras ações de prática restaurativa em idos de 2015, somente vem a implementar a justiça restaurativa em 2023, com a inauguração do Núcleo de Justiça Restaurativa (NEJURE), isto é, 07 anos após a Resolução do CNJ.

Quanto ao perfil paradigmático de aplicação da justiça restaurativa dentro da esfera criminal, constatou-se que o Tribunal de Justiça da Paraíba, considerados os devidos avanços e progressos em relação à temática, ainda mostra uma atuação tímida e limitada a atos infracionais cometidos por adolescentes, inclusive sendo a própria localização da sede do Núcleo de Justiça Restaurativa encontrado no espaço do Complexo da Infância e Juventude.

Contudo, tal fato não é exclusivo do Tribunal que serviu de recorte espaço-temporal para esta investigação. A problemática vai além do perfil relativo a um único Tribunal e se mostra inserida dentro de um caráter muito mais estrutural e abrangente. Isso porque, a maioria dos tribunais do país limita a aplicação das práticas restaurativas a atos infracionais, crimes de menor potencial ofensivo e contravenções, demonstrando que o perfil da justiça criminal brasileira ainda está arraigado a uma tradição jurídico-penal formal e baseada em processos rígidos, que não vê na justiça restaurativa uma possibilidade de resolução plena de conflitos criminais, corroborando o fenômeno expansionista do Direito Penal na atualidade e desvirtuando o sentido técnico de aplicação deste ramo do Direito, que, na verdade, deveria ser visto enquanto *ultima ratio*.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Daniel Silva. **Justiça restaurativa e abolicionismo penal**: contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Criminais) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/1750/1/000441970-Texto%2BParcial-0.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 225 de 31/05/2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília – DF, 2016. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CARVALHO, Salo; ACHUTTI, Daniel. Justiça restaurativa em risco: a crítica criminológica ao modelo judicial brasileiro. **Sequência**, Florianópolis, v.42, n.87, p.1-39, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/55XnwLMzGrRXnFpJGrY4vKQ/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Programas e ações**: Justiça Restaurativa. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/justica-restaurativa/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FILGUEIRA, Elissandra Barbosa Fernandes. **Justiça restaurativa no sistema penal e processual penal como forma de concretização do Estado Democrático de Direito**. Dissertação (Mestrado em Constituição e Garantia de Direitos) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/13995>. Acesso em: 28 ago. 2023.

MORAES, Marli Marlene Moraes da; PORTO, Rosane Teresinha Carvalho. Justiça restaurativa numa política humanizadora e não necessariamente perdão: um olhar crítico e reflexivo da Resolução 225 do CNJ/2016. **Em Tempo**, Marília, v.16, p.223-239, 2017. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/2510>. Acesso em: 30 ago. 2023.

OLIVEIRA, Samyle Regina Matos; SANTANA, Selma Pereira de; CARDOSO NETO, Vilobaldo. Da justiça retributiva à justiça restaurativa: caminhos e descaminhos. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho, n.28, p.155-182, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229001999.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

PALAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. **A construção da justiça restaurativa no Brasil e o protagonismo do Poder Judiciário**: permanências e inovações no campo da administração de conflitos. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10905/4/TES_RAFFAELLA_DA_PORCIUNCULA_PALLAMOLLA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

SILVA, Maria Eduarda de Souza. **A característica do direito penal como ultima ratio em contraposição ao cenário de inflação legislativa no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1996>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GIMENEZ, Charlise Paula Colet; SPENGLER, Fabiana Marion. A justiça restaurativa como instrumento de fortalecimento da cultura de paz: uma nova perspectiva para a execução das medidas socioeducativas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v.8, n.1, 2018, p.243-259.

SILVA, Mazukyevicz Ramon Santos do N.; BRAGA, Rômulo Rhemo Palitot; SILVA, Tâmisia Rúbia Santos do N. Justiça restaurativa: a construção de um novo paradigma de justiça no Brasil. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v.8, n.1, p.197-216, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/420>. Acesso em: 28 ago. 2023.

STJ. Quais as diferenças entre Programa, Projeto e Plano de Ação? **Boletim Tome Nota**, Edição 25, 14/10/2016. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/btnota/article/view/12157/12264>. Acesso em: 05 set. 2023.

TAUCHERT, Maicon Rodrigo. Justiça retributiva e justiça restaurativa: paradoxos necessários para o direito penal brasileiro. **Revista São Luís Orione**, Araguaína, v.3, n.1, p.71-94, 2016. Disponível em: <http://seer.catolicaorione.edu.br/index.php/revistaorione/article/view/7>. Acesso em: 28 ago. 2023.

VALASKI, Renata dos Anjos. **Crimes de menor potencial ofensivo e a superlotação carcerária no expansionismo penal**. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito de Curitiba, Centro Universitário de Curitiba, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/25659>. Acesso em: 24 ago. 2023.

WACQUANT, Löic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: justiça restaurativa para um novo tempo**. Palas Athena: São Paulo, 2008.